



**Überpower: the Imperial Temptation of America**

Josef Joffe

New York: W. W. Norton, 2006, 271 pp.

ISBN: 0393061353/978-0393061352

### Reinventar 1945

Josef Joffe é um desafio para as grelhas epistemológicas europeístas. Este autor alemão (presença constante nas revistas americanas) apresenta uma predisposição realista clássica; trabalha com conceitos como *Poder*, *Estado*, *Sistema de Estados*, *Estratégia*, *Alianças*. Ora, estes conceitos operativos, clássicos e realistas, entram em rota de colisão com o actual *mainstream* europeu/alemão marcado por uma epistemologia, digamos, habermasiana (diálogo pós-político) e por conceitos ligados a uma lógica pós-conflito ou pós-poder (pós-Estado, pós-Vestfália, potência civil, multilateralismo, política doméstica internacional, *soft power*).

*Überpower* é uma defesa realista da hegemonia americana e da actual ordem internacional liberal construída durante o período que Joffe apelida de “era dourada da diplomacia americana” (1945-1991). Este livro acaba por ser uma recomendação: depois da pausa estratégica provocada pelo fim da URSS, depois dos erros estratégicos cometidos no pós-11 de Setembro (isto é, depois das recentes tentações imperais), Washington deve reinventar essa era dourada.

Segundo Joffe, o maior perigo para o actual *status quo* é a possível emergência de uma coligação de Estados que procure contrabalançar a hegemonia dos EUA. Para evitar tal coisa, os EUA devem reatualizar a tal Grande Estratégia desenvolvida

durante a Guerra Fria, ou seja, uma estratégia composta por três *B* (*Balance like Britain*, *Bond like Bismark* e *Building*).

A estratégia da Grã-Bretanha (de Isabel a Churchill) foi sempre o *offshore balancing*: controlar, através de coligações flutuantes (*coalitions of the willing*), o equilíbrio de poder na Europa, evitando a emergência de um poder hegemónico (Espanha, França, Alemanha). Os EUA, segundo Joffe, fizeram e fazem o mesmo (numa escala planetária). Washington é essencial para os equilíbrios regionais. A presença americana nos diversos palcos geopolíticos diminui a tensão geopolítica entre rivais regionais (ex: a rivalidade China-Japão tornar-se-ia insustentável sem a aliança EUA-Japão). Mas os EUA não são o velho Império Britânico e 2007 não é 1907. Hoje é preciso ir além do mero *balancing*.

Os Estados são bolas de bilhar destinadas a embater umas com as outras dentro do sistema. Porém, a textura das bolas e a textura do sistema podem ser alteradas no sentido de minimizar o impacto dos inevitáveis choques e a textura da ordem internacional liberal pós-1945 é diferente das suas precedentes. Vivemos numa ordem marcada por algo inédito: a guerra entre grandes poderes, uma constante no passado, deixou de ocorrer. Porquê? Porque foi introduzida uma lógica de cooperação no sistema. É certo que o elemento de confrontação (*zero-sum*) não pode ser erradicado; mas pode ser minimizado com uma lógica de cooperação (*win-win*) e é isso que existe desde 1945. Esta cooperação é fruto do *bonding* e do *building*.

A política externa americana foi marcada por uma “Pactomania”: NATO, ANZUS e Alianças Bilaterais (Israel, Japão, Taiwan, etc.). Esta permanente ligação de Washington com o exterior faz lembrar a velha estratégia de Bismarck (*bonding*). Sem a margem de manobra oferecida pelo canal da Mancha, Bismarck, cercado por todos os lados, foi obrigado a criar laços permanentes que tornaram a Alemanha numa nação indispensável para os outros Estados europeus (com a excepção óbvia da França). Os EUA fizeram o mesmo. Através das alianças, Washington uniu-se a Estados com um duplo objectivo: transformar os EUA na nação indispensável e isolar a URSS. E este *bonding* americano não foi uma forma de *potenciar* o poder ofensivo americano. Pelo contrário, foi uma forma de *conter* o poder americano, no sentido de mostrar aos outros que a América era uma super-potência previsível e confiável: “like the Reich, the United States amassed allies not to aggregate power for offense but to stalemate it”. (p. 159).

Resta o terceiro *B*: *building*. Aqui entramos naquilo que é mesmo específico do pós-1945. Os EUA construíram instituições e regras que fornecem “international public

goods” (p. 234). O que são *bens públicos internacionais*? São, por exemplo, a liberdade comercial (OMC), a estabilidade monetária (FMI), a segurança das rotas marítimas (marinha americana). Washington, através dos seus porta-aviões e bases, produz segurança que é consumida por aliados e adversários. Aliás, neste ambiente, os potenciais rivais transformam-se em *stakeholders* da chamada globalização. Há incentivos positivos (e não apenas negativos) para a formação de um concerto de Estados interessados no *status-quo*.

Ao prestar estes serviços que são aproveitados pela maioria dos Estados, Washington atestou, em simultâneo, a segurança dos EUA e a legitimidade do poder americano. E, como recorda Joffe, é isto que distingue os EUA dos poderes do passado. Antes de 1945, os poderes hegemónicos detinham uma visão exclusiva (interesse nacional de X excluía o interesse nacional de Y). O génio da diplomacia americana foi, ou é, a criação de uma ordem internacional, a nossa, que serve os interesses americanos mas que, ao mesmo tempo, serve os interesses dos outros. O interesse nacional americano é inclusivo e por esta razão, a América é a primeira potência hegemónica da história a não sofrer o ataque ou resistência de uma coligação de Estados anti-hegemonia.

Em 2007, o grande desafio americano, salienta Joffe, é perpetuar esta *paz relativa* (ausência de guerra entre os grandes poderes), é adaptar o *bonding* e o *building* de 1945 à realidade de hoje, para que possamos continuar a viver numa “liberal order low on violence” (p. 238).

Henrique Raposo